DIREITO PENAL II

CONCURSO DE PESSOAS(29, CP): A princípio, esse dispositivo só teria aplicação no que tange aos crimes unissubjetivos, já que diante da necessidade do concurso de duas ou mais pessoas nos crimes plurissubjetivos, a norma não seria necessária para alcançar os demais autores. Entretanto, a norma aplica-se a esta última categoria no que diz respeito à participação nesses crimes.

I – INTRODUÇÃO: co-autoria e participação.

*culpabilidade: graus de culpa/reprovação, maior ou menor culpa. Diferente de culpabilidade(das primeiras aulas) que é pressuposto de aplicação de pena.

II – CONCEITO: “é a ciente e voluntária participação de duas ou mais pessoas na mesma infração penal”.(Mirabete e Magalhães de Noronha)

II. 1 – CLASSIFICAÇÃO DE CRIMES:

→ CRIMES DE CONCURSO:

1) EVENTUAL(unissubjetivo): são aqueles que podem ser cometido por uma só pessoa ou por várias pessoas. Ex: furto, estupro, homicídio.

*obs: Só existe co-autoria e participação nos crimes de concurso eventual.

2) NECESSÁRIO(plurissubjetivo): são aqueles que só podem ser cometido por uma pluralidade de pessoas. Ex: formação de quadrilha, rixa(mais de três pessoas).

*OBS: Cuida-se do concurso necessário no tocante aos crimes plurissubjetivos. Fala-se em concurso eventual quando, podendo o delito ser praticado por uma só pessoa, é cometido por várias. No primeiro, o concurso de pessoas é descrito pelo preceito primário da norma penal incriminadora, enquanto no segundo não existe essa previsão. Quando a pluralidade de agentes é elemento do tipo, cada concorrente responde pelo crime, mas este só se integra quando os outros contribuem para a formação da figura típica.

*OBS: O princípio segundo o qual quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a ele cominadas (CP, art. 29), somente é aplicável aos casos de concurso eventual, com exclusão do concurso necessário. Nestes, como a norma incriminadora exige a prática do fato por mais de uma pessoa, não há necessidade de estender-se a punição por intermédio da disposição ampliativa a todos os que o realizam. Eles estão cometendo o delito materialmente. São co-autores. Isso não impede, entretanto, a participação, como ensinava Maggiore.

2.2) Crimes de Conduta:

a) Paralela: as condutas dos quadrilheiros auxiliam-se mutualmente, visando um resultado comum. Ex: 288(formação de quadrilha), associação para o tráfico.

b) Contrapostas: as condutas são praticadas umas contra as outras. Ex: rixa.

c) Convergentes: uma conduta vem de encontro a outra, e desse encontro surge o resultado. Ex: bigamia.

*OBS: Em face da diversidade do modo de execução, os crimes plurissubjetivos apresentam várias formas. Há os crimes de condutas paralelas, de condutas convergentes e de condutas contrapostas. No primeiro caso, há condutas de auxílio mútuo, tendo os agentes a intenção de produzir o mesmo evento, como acontece no crime de quadrilha ou bando. No segundo, as condutas se manifestam na mesma direção e no mesmo plano, mas tendem a encontrar-se, com o que se constitui a figura típica, como na bigamia e no adultério. Na terceira forma, os agentes cometem condutas contra a pessoa, que, por sua vez, comporta-se da mesma maneira e é também sujeito ativo do delito. É o caso da rixa.

III- TEORIAS SOBRE O CONCURSO DE PESSOAS(eventual):

→ Visa explicar se no concurso de pessoas ocorre um crime ou vários.

a) T. Unitária(monista): todo aquele que concorre para um crime, responde pelo mesmo delito.

b) T. Dualista: atribui crime autônomos para coautor e partícipes. NÃO É ADOTADO NO BRASIL, porém tem um importância histórica para distinguir a pena de quem tem uma

contribuição maior e menor.

c) T. Pluralista: Para essa teoria, haveria tantas infrações penais quantos fossem o número de autores e partícipes. À pluralidade de agentes corresponde a pluralidade de crimes. Seria como se cada autor ou partícipe tivesse praticado a sua própria infração penal, independentemente de sua colaboração para com os demais agentes. Cada um que contribui para a produção do resultado responde por tipos diferentes. Ex: 124 e 126. Os dois tipos são principais.

Obs.: Há pluralidade de agentes e pluralidade de crimes. Considera cada um dos participantes como responsável por um delito próprio e punível em harmonia com seu significado anti-social. É uma teoria subjetiva, ao contrário da unitária, que é objetiva.

→ **Qual a regra do CP:** teoria Unitária. Embora o CP tenha adotado a teoria monista ou unitária em seu artigo 29, os parágrafos desse artigo, ao punirem de forma diferente a participação em determinadas situações, deixou clara a aproximação também da teoria dualista (influenciou o CP). Por isso, alguns autores dizem que o Brasil adotou a teoria monista “mitigada, temperada ou matizada”. Excepcionalmente, adota-se o pluralismo.

* REQUISITOS:

1- Pluralidade de pessoas e condutas:

→ não necessariamente todos irão realizar o mesmo verbo-núcleo do tipo. Pode ser que o sujeito não realize o verbo-núcleo do tipo, nos casos de auxiliar(partícipe) no art. 29.

2- Relevância Causal das Condutas

→ as várias condutas devem efetivamente contribuir para a produção do resultado. Ex: “A” instiga “B” a matar “C”, então “B” vai lá e mata “C”. “A” é partícipe e “B” é coautor do crime.

3- Liame subjetivo ou psicológico

→ não requer ajuste prévio, basta que a vontade de um venha aderir a vontade do outro. Não requer “pactum sceleris”, ou seja, acordo celebrado anteriormente.

Ex: “A” empregada deixa porta aberta(dolo) para um ladrão subtrair a vítima. Empregada é partícipe, ladrão é coautor.

Obs.: exige homogeneidade do elemento normativo subjetivo entre coautor e partícipe. Ex: “A” quer matar “C”, e entrega a arma para “B” atirar em “C”. Resultado jurídico: “A” é homicídio doloso(quis matar) e “B” homicídio culposo(foi imprudente). Não há concurso de pessoas e sim crimes autônomos, pois ocorreu a homogeneidade(dolo/dolo ou culpa/culpa) do elemento normativo subjetivo.

A) NÃO HÁ PARTICIPAÇÃO DOLOSA EM CRIME CULPOSO. Crimes autônomos

B) NÃO HÁ PARTICIPAÇÃO CULPOSA EM CRIME DOLOSO. Crimes autônomos

4- IDENTIDADE DE CRIMES PARA TODOS OS ENVOLVIDOS → É uma decorrência da teoria monista.

Obs.: Em respeito ao princípio da individualização da pena deve ser observado rigorosamente a conduta de cada um.

Obs.: existência de fato punível: se o fato deixa de ser punível para o coautor também o será para o partícipe.

AUTORIA

I – CONCEITO: O CP não conceitua.

A) Unitário: não diferencia autor e partícipe.

*B) Restritivo(T. Objetiva): autor é quem executa a ação típica. O reformador de 1984 adotou essa teoria. Todos os demais que, de alguma forma, o auxiliassem, mas que não viessem a realizar a conduta narrado pelo verbo do tipo penal seriam considerados partícipes.

C) Extensivo(T. Subjetiva): também não diferencia autor e partícipe, porém o legislador de 1940 reconhecia casos de aumento de pena. Art. 62 do CP.

*D) Finalista: Autor é quem detém o **domínio funcional do fato** típico, dá uma ideia de

contribuição principal e efetiva para a produção do resultado. Ex: o autor intelectual do crime não é partícipe e sim coautor.

MAJORITÁRIO: O CP adota um conceito restritivo, mas a doutrina e jurisprudência adotam o conceito Finalista ou funcional(teoria do domínio do fato).

II – TEORIAS(que fundamentam conceito de autoria)

*A) OBJETIVA-FORMAL: autor é quem realiza a figura típica e partícipe realiza ações fora do tipo e só é punível por causa do art. 29 do CP. Todos os demais que concorrerem para essa infração penal, mas que não realizam a conduta expressa pelo verbo existente no tipo serão considerados partícipes.

B) OBJETIVA-MATERIAL(NÃO ADOTADA): distingue autor e partícipe tendo em vista a maior ou menor periculosidade.

*C) TEORIA NORMATIVA(ou do DOMÍNIO DO FATO): Considera autor quem realiza o verbo, mas também quem exerce uma contribuição fundamental e efetiva para a produção do resultado. Não necessita ter o controle total da ação criminosa, basta que seja efetiva na sua parte do projeto criminoso. Divisão de tarefas: quando nos referimos ao domínio do fato, não estamos querendo dizer que o agente deve ter o poder de evitar a prática da infração penal a qualquer custo, mas, sim, que, com relação à parte do plano criminoso que lhe foi atribuída, sobre esta deverá ter o domínio funcional. O domínio será, portanto, sobre as funções que lhe foram confiadas e que têm importância fundamental no cometimento da infração penal.

D) TEORIA SUBJETIVA-CAUSAL(CP/40): é aquela que não diferencia coautor e partícipe.

Obs: 1. **Diferencie crime de concurso necessário de delito de participação necessária?** R. O crime de concurso necessário exige a participação de várias pessoas e todas elas vão ser punidas pelo mesmo crime. No crime de participação necessária há Um agente, embora o tipo exija a participação necessária de outra pessoa, que é o sujeito passivo e não é punido(ex. Rufianismo e favorecimento à prostituição). Ou seja, **Crime plurissubjetivo(concurso necessário)** não se confunde com o delito de **participação necessária**, pois exige a participação de outra pessoa, sujeito passivo, mas que não é punida, ex: corrupção de menores, o crime de usura, o favorecimento a prostituição, o rufianismo.

2. **Diferencie concurso de pessoas e crime de quadrilha ou bando?** No crime de quadrilha ou bando(crime plurissubjetivo), é aquele que, para configurar-se exige a presença de mais de três pessoas, que concorrem para a prática de vários crimes, enquanto o concurso de pessoas é aquele que pode ser praticado por uma só pessoa(ex: homicídio, roubo, estupro etc.) ou por várias(coautores e partícipes). O crime plurissubjetivo, justamente porque exige mais de uma pessoa para tal configuração, não demanda a aplicação da norma de extensão do art. 29, pois a presença de dois ou mais autores é garantida pelo tipo penal. Assim, exemplificando, as quatro pessoas que compõem uma quadrilha são autores do delito previsto no art. 288 do CP. Por outro lado, quando o crime é unissubjetivo, mas, na prática, é cometido por dois ou mais agentes, utiliza-se a regra do art. 29 para tipificar todas as condutas, pois certamente cada um agiu de um modo, compondo a figura típica total. Deve-se distinguir o concurso de pessoas, que é um concurso eventual, e assim pode ocorrer em qualquer delito passível de ser praticado por uma só pessoa(crimes unissubjetivos), do chamado concurso necessário em que existem numerosos delitos que, por sua natureza intrínseca, só podem ser cometidos por duas ou mais pessoas, como o adultério, a bigamia, a rixa o crime de quadrilha ou bando(plurissubjetivos).

AUTOR

INTELECTUAL: é aquele que planeja, organiza, contrata todo o projeto criminoso.

EXECUTOR: é aquele que realiza o verbo-núcleo do tipo.

MEDIATO ou INDIRETO: o sujeito utiliza interposta pessoa que age sem dolo e sem culpa para

cometer o crime. Autoria mediata.

Obs.: O CP prevê 4 casos de autoria mediata: a) erro determinado por terceiro(art. 20, §2); b) coação moral irresistível (art. 22, primeira parte); c) obediência hierárquica (art. 22, segunda parte) e; d) caso de instrumento impunível em virtude de condição ou qualidade pessoal(art. 62, III, segunda parte)

Obs.: Pessoa Jurídica e Autoria

CF/88: 225, § 3º

Lei 9.605/98(lei de crimes ambientais): Art. 3º, P. Único: Princ. Da dupla Imputação: é responsabilizado tanto a PJ quanto os administradores.

Requisitos: 1. infração em decorrência da decisão do órgão colegiado ou representante legal da PJ.

2. o dano ambiental tem que ser em benefício da empresa.

Obs.: atualmente, considera-se que a pessoa jurídica, apesar de não ser autora de crime, poderá ser responsabilizada criminalmente juntamente com os representantes da empresa(princ. Da dupla imputação). Somente possível em crimes ambientais. As penas da PJ devem ser adequadas a sua natureza, que são: multa penal, suspensão parcial ou total das atividades(pena restritiva de direito), interdição temporária do estabelecimento, proibição de contratar com o poder público(no caso de licitações), liquidação forçada da empresa(pena máxima). Na há dosimetria, a pena é proporcional a gravidade do crime. Há o princípio da insignificância em casos de crimes ambientais cometidos por PJ, pode haver Habeas Corpus para trancamento da ação penal ou de inquérito.

Obs.: 173, § 5º, CF → crimes contra a ordem financeira e econômica → até a presente data não existe lei ordinária específica que regulamente responsabilidade penal de PJ em crimes dessa natureza. No entanto, alguns estudiosos afirmam que o art. 75 do CDC permite tal responsabilidade nos crimes que regulamentam.

IMPORTANTE: A) Autoria mediata: quando alguém utilizando outrem que age sem dolo ou sem culpa para cometer um crime. Não há concurso de pessoas, só responde o autor mediato. Pode até haver pluralidade de pessoas, porém não há concurso de pessoas. Ex: médico manda enfermeira aplicar medicamento com veneno no paciente, sendo que a enfermeira não sabia.

Obs.: não ocorre autoria mediata quando o autor utiliza animal ou coisa. Quando ocorre coação física irresistível não ocorre autoria mediata(por não haver voluntariedade na conduta).

CRIMES PRÓPRIOS: somente praticado por um determinado número de pessoas que possui uma qualidade específica. Ex: crimes contra a administração pública, abuso de autoridade, etc.

Obs.: é aquele que só pode ser praticado por um grupo determinado de pessoas que gozem de condição especial exigida pelo tipo penal. Ex: assim, somente poderá ser responsável pelo peculato(art. 312) o funcionário público, porque tal qualidade é exigida expressamente pelo tipo; somente a mãe, sob a influência do estado puerperal, é que poderá ser sujeito ativo do crime de infanticídio se, durante o parto ou logo após, vier a causar a morte do próprio filho. Os crimes próprios admitem coautoria.

CRIMES DE MÃO PRÓPRIA: possui caráter personalíssimo, somente a pessoa expressa no tipo pode cometer. Ex: falso testemunho(art. 342), não é possível autoria mediata. É possível participação em crime de mão própria quando mediante paga, há uma exceção pluralista, há outro crime(Damásio). Não se admite coautoria, porém pode haver concurso de partícipes.

*Obs.: é preciso que o sujeito ativo, expresso no tipo penal, pratique a conduta pessoalmente. Assim, somente o militar é que poderá deserdar(art. 187 do com), somente determinado funcionário público é que poderá retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal(art. 319, CP)

*Obs(Greco): é perfeitamente possível a autoria mediata em crimes próprios, desde que o autor mediato possua as qualidades ou condições especiais exigidas pelo tipo penal.

*obs(greco): os crimes de mão própria não admitem autoria mediata. A participação, via induzimento ou instigação, no entanto, é ressalvadas exceções, plenamente admissível. Isso por serem crimes de atuação pessoal, autor será somente aquele que vier a praticar a conduta prevista no núcleo do tipo penal. Não se cogita de autoria mediata porque a execução dos crimes de mão própria não pode ser transferida a ninguém. Não se pode, por exemplo, pedir a alguém que preste um testemunho falso no seu lugar. No entanto, embora a posição doutrinária majoritária não admita a autoria mediata nos crimes de mão própria, no exemplo do crime de falso testemunho, pode haver uma quebra da regra geral. Assim, imagine-se a hipótese em que a testemunha seja coagida, irresistivelmente, a prestar depoimento falso para beneficiar o autor da coação. Nesse caso, de acordo com a norma constante do art. 22 do CP, somente será punido o autor da coação, sendo este, portanto, um caso de autoria mediata.

E no caso de criança e adolescente? R- Ocorre autoria mediata. Por vezes, alguns doutrinadores usam pseudoconcurso ou concurso impróprio. O Adolescente responde pelo ECA. No caso de formação de quadrilha a contagem abrange o adolescente, só que ele responde pelo ECA.

* Obs.: Ocorre autoria mediata, nas causas excludentes de culpabilidade(revisar): coação moral irresistível(prova).

AUTORIA COLATERAL: Quando os agentes, um desconhecendo a conduta do outro, realizam atos para obter o mesmo resultado. **NÃO HÁ LIAME SUBJETIVO.**

→ Requer prova em Proc. Penal

Obs.: um dos elementos que caracterizam o concurso de pessoas é o liame subjetivo. Se não atuam atrelados por esse vínculo subjetivo, não se pode falar em concurso de pessoas, em qualquer de suas duas modalidades, vale dizer, co-autoria ou participação.

Hipóteses: A e B queiram a morte de C. Por mera coincidência, os dois se colocam de emboscada, aguardando a vítima passar. Quando C passa os dois atiram, no mesmo instante, sem que um soubesse da presença do outro.

1) a perícia identifica que a morte de C foi ocasionada pelo disparo efetuado por A . A responderá por homicídio consumado e B por tentativa de homicídio.

2) A perícia não consegue identificar quem efetuou o disparo que veio a causar a morte da vítima. Ambos serão responsabilizados por tentativa de homicídio, uma vez que, não se conseguindo apurar o autor do resultado morte, não podem os agentes responder pelo resultado mais grave, uma vez que um deles estaria sendo responsabilizado por um fato que não cometeu.

Obs.: se tivessem atuado os agentes unidos pelo vínculo subjetivo, não importaria saber, a fim de responsabilizá-los pelo homicídio consumado, quem teria conseguido causar a morte da vítima. Sendo considerados coautores.

AUTORIA INCERTA: Ocorre quando na autoria colateral não se consegue identificar qual conduta(não há liame subjetivo) ocasionou o resultado morte. Ambos respondem por tentativa.

AUTORIA IGNORADA: é conceito de Proc. Penal, não se consegue apurar quem possa ter sido o autor, nesse caso o inquérito policial fatalmente deverá ser arquivado.

Obs.: Quando não se conhece a autoria, ou seja, quando não se faz ideia de quem teria causado ou ao menos tentado praticar a infração penal, isso é chamado de autoria desconhecida. Esta forma difere de autoria incerta, visto que nesta última sabe-se quem praticou as condutas, sendo que somente não se conhece, com precisão, o produtor do resultado.

COAUTORIA

→ é o conjunto de autores. Ocorre quando várias pessoas realizam as características do tipo.

TIPOS: Coautor intelectual(quem organiza, planeja, dirige a atividade dos demais), Coautor

executor(realiza o verbo-núcleo do tipo), Coautor funcional(tem o domínio finalístico do fato), Coautor sucessivo(é o que ingressa no crime em andamento, e só responde pelos fatos anteriores que ingressarem na sua esfera de cognição). Responsabilidade penal subjetiva(dolo/culpa), em direito penal não há responsabilidade objetiva.

→ Coautoria em Crime Culposos: é possível. Tendo em vista que tipo penal culposos é tipo penal aberto, ou seja, não tem domínio no resultado mas posso contribuir na conduta. Ex: A induz B a acelera o carro em frente a uma escola e ocasiona lesão grave em C. Consequência Jurídica: A e B são coautores de lesão culposa.

Obs.: F. T.(conduta, nexos causal, tipicidade), Ilicitude(L.F, E. N, e), Culpabilidade(inimputabilidade...)

PARTICIPAÇÃO

→ quem pratica uma conduta causalisticamente secundária. Sanção penal menos grave.

NATUREZA JURÍDICA: Teoria da acessoriedade.

Obs.: Assim, para que se possa falar em partícipe é preciso, necessariamente, que exista um autor do fato. Sem este, não há possibilidade daquele, pois que, conforme determina o art. 31 do CP, o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado, e, como sabemos, somente o autor pode chegar à fase do *conatus*(tentativa) de determinada infração penal. E, se isso não acontece, a conduta do partícipe não poderá ser punida pelo direito penal. Ou seja, a conduta do partícipe somente será objeto de apreciação se o autor, que exerce o papel principal, ingressar, no *inter criminis*, na fase dos atos de execução. Caso não dê início à execução do crime para o qual foi induzido, instigado ou auxiliado pelo partícipe, este último por nada poderá ser responsabilizado, ressalvadas as disposições expressas em contrário, contidas na lei.(ver isso)

TIPOS

– MATERIAL: auxílio(interposição física do agente no processo causal)

– MORAL: induzir(fazer nascer uma ideia) ou instigar(desenvolver uma ideia já existente).

Obs.: a participação moral é impossível de ser realizada por omissão. A participação moral necessita de uma atuação positiva do partícipe. Já a participação material pode concretizar-se numa inação do partícipe, que, com a sua omissão, contribui para a ocorrência da infração penal. Merece ser frisado que o partícipe que contribui para o fato auxiliando materialmente a sua execução não pode, em qualquer hipótese, ser considerado garantidor da não-ocorrência desse mesmo fato, pois, caso contrário, se, tendo o dever de agir para impedir o resultado, nada faz, responderá pela infração penal a título de autoria, e não de participação. Ex: a empregada doméstica que, percebendo a aproximação de um agente conhecido por sua fama de praticar furtos em residências, deixa a porta da casa de seus empregadores, querendo, com isso, que alguns de seus bens sejam subtraídos, porque está descontente com o tratamento que vem recebendo em seu local de trabalho, será considerada partícipe do crime de furto levado a efeito pelo agente. Agora, se quem permite o ingresso do meliante é o vigia, contratado especificamente para fazer a segurança daquela casa, como tinha o dever de agir para impedir o resultado, sendo, portanto, garantidor, não poderá ser considerado partícipe, mas autor de um crime de furto, praticado por omissão(omissivo impróprio).

TEORIAS: da acessoriedade

– Mínima: basta que a conduta principal seja fato típico. A partir do momento em que o autor já tiver realizado uma conduta típica. Ex: “A”, desempregado e faminto, seja estimulado por B, que não pode ajudá-lo financeiramente, a subtrair um saco de feijão para que possa saciar a sua fome e a de sua família. Embora a conduta de A seja típica, jamais poderá ser considerada como ilícita, haja vista ter agido em estado de necessidade, uma vez que o seu bem(vida), merece prevalecer em prejuízo do bem atacado(patrimônio). Contudo, embora o autor não pratique uma conduta ilícita, pois que permitida pelo ordenamento jurídico, o partícipe que o estimulou a cometê-la será responsabilizado penalmente, visto que, para a teoria da acessoriedade mínima, basta que o autor

tenha praticado uma conduta típica.

– Limitada(adoptado majoritariamente): para que o partícipe seja responsabilizado basta que a conduta principal seja um fato típico e antijurídico. Aquele que é auxiliado materialmente por outrem, que lhe empresta uma arma a fim de que possa atuar porque, erroneamente, supõe poder agir em defesa da honra de sua filha, bem como na de sua família, agem em erro de proibição indireto(erro sobre a existência de uma causa de justificação). O erro de proibição, se invencível, afasta a culpabilidade do agente, isentando-o de pena. Aquele que auxilia materialmente o autor a praticar um injusto típico, mesmo que não culpável, responderá, de acordo com a teoria limitada, embora o autor não seja culpável.

Ex: A induz B(doente mental) matar C.

A: autor mediato

B: sancionado por uma medida de segurança.

– Extremada: para que o partícipe seja responsabilizado a conduta principal deve ser um fato típico, antijurídico e culpável.(capez e flávio monteiro de barros).

– Hiperacessoriedade: a conduta principal deve ser um fato típico, ilícito, culpável, punível e todas as causas de aumento e diminuição de pena irão se transferir do coautor para o partícipe. Caso da reincidência de um ser transferido para o partícipe que é réu primário.

Obs.: No arrependimento eficaz e desistência voluntária: como teve início a execução de um crime de homicídio(art. 15, CP), não podem ser estendidos ao partícipe, pois o benefício é pessoal, sendo, portanto, intransferível ao partícipe que agiu com o dolo de induzir, instigar ou auxiliar o autor a prática de um fato determinado contra uma vítima também determinada.

PARTICIPAÇÃO EM CRIMES OMISSIVOS

A) C. OMISSIVOS IMPRÓPRIOS: → Quando há o dever jurídico de agir. Para parte da doutrina não poderia haver participação, tendo em vista que quem tem o dever jurídico de agir deve responder de forma principal.

Ex: A(PM) assiste e não faz nada e B mata torcedor C.

A: (mesmo que por dolo eventual) coautor

B: coautor

Obs.: é possível participação mediante ação em crime omissivo impróprio. Desde que o partícipe não tenha o direito jurídico de agir.

Ex: A induz B(mãe) a não alimentar seu filho C que morre.

A: partícipe, se A for pai(garante) é coautor.

B: autor.

Obs.: Conivência → ocorre quando o sujeito, sem ter dever jurídico de agir, omite-se durante a execução do crime tendo condições para impedir. Não é responsabilizado, exceto se for um crime autônomo.

Obs.: é possível co-autoria nos crimes omissivos, desde que cada agente possua o dever de agir naquele determinado caso concreto.

Obs.: A participação também pode ocorrer nos chamados crimes omissivos impróprios(comissivos por omissão), mesmo que o partícipe não tenha o dever jurídico de não se omitir. Claro, se o partícipe tivesse tal dever seria igualmente autor, ou co-autor se houvesse a resolução conjunta de se omitir. É perfeitamente possível que um terceiro, que não está obrigado ao comando da norma, instigue ao garante a não impedir o resultado.

B) C. OMISSIVO PRÓPRIO: a omissão está no tipo, sendo possível a participação.

Ex: A convence B(médico- que está na elementar do tipo- omissivo próprio) não notificar doença grave(269, CP).

A: partícipe do 269, se A fosse médico seria coautor(porque está na elementar do tipo)

B: coautor do 269

CO-AUTORIA E PARTICIPAÇÃO EM DELITOS CULPOSOS: Admiti-se coautoria em delitos culposos, pois duas pessoas podem, em um ato conjunto, deixar de observar o dever objetivo de cuidado que lhes cabia e, com a união de suas condutas, produzir um resultado lesivo. Cada um dos agentes co-participantes, deixando de observar o dever objetivo de cuidado que lhes cabia, auxilia os demais a praticar o ato comum que venha a causar o dano previsível a todos eles.

Na participação, há a possibilidade de participação culposa em delito culposos, rechaçando-se, contudo, a participação dolosa em crime culposos. Pois, quando alguém, induz ou estimula outrem a imprimir velocidade excessiva, objetivando, geralmente, alcançar alguma finalidade lícita, era-lhe previsível, nas circunstâncias, que, anuindo ao pedido, a conduta do motorista poderia ocasionar o acidente. Era previsível, da mesma forma, ao motorista que detinha o controle do automóvel. Autor será aquele que praticar a conduta contrária ao dever objetivo de cuidado; participe será aquele que induzir ou estimular alguém a realizar a conduta contrária ao dever de cuidado. No caso de participação dolosa em crime culposos, não há participação. Pois, se A, desejando matar C, entrega a B uma arma, fazendo-o supor que está descarregada e induzindo-o a acionar o gatilho na direção da vítima, B, imprudentemente, aciona o gatilho e mata C. Não há participação criminosa, mas dois **delitos autônomos**: homicídio doloso em relação a A; homicídio culposos em relação a B.

CONCURSO DE PESSOAS: REGRAS DE RESPONSABILIZAÇÃO

1. **RESPONSABILIDADE PENAL É INDIVIDUAL:** em respeito ao princípio da individualização da pena veda responsabilidade penal objetiva. Não é possível sanções coletivas. Exceção é a dupla imputação para Pessoa jurídica e física.

2. **CULPABILIDADE(29, CP):** significa grau de reprovação social. Quem teve uma conduta mais reprovável ou menos reprovável(participação e coautoria). Obs.: a sanção punitiva, em concreto, deve ser aplicada, em relação a cada concorrente, de acordo com a reprovabilidade da conduta de cada um.

3. (29, § 1º, CP) **PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA:** redução de 1/6 a 1/3. Não se trata de uma redução facultativa, mas de uma causa de diminuição obrigatória de pena, desde que fique evidenciada a contribuição insignificante ou mínima do partícipe para a realização do fato típico. Somente terá aplicação nos casos de participação, não se aplicando às hipóteses de coautoria.

4. **COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA(29, § 2º, CP)** ou Desvio Subjetivo de Conduta: crime preterdoloso. Aumenta até a metade se o resultado for previsível. Se o autor ou partícipe quis participar de crime menos grave responderá nas penas deste; porém, se era previsível resultado mais grave terá sua pena aumentada até a metade.

Ex: A estimula B a causar lesões em C. Ao dar início às agressões, B, agindo agora com dolo de matar espanca C até a morte. Como se percebe, B não fora instigado por A a causar a morte de C. Tal fato se deveu, exclusivamente, a um desvio subjetivo da conduta de B. A somente deverá ser responsabilizado por seu dolo, ou seja, se a finalidade de sua participação era estimular, instigar o agente a causar lesões em alguém, se se, durante a execução do crime, o autor executor resolver ir mais adiante e praticar outra infração penal que não aquela sugerida ou estimulada pelo partícipe, este último somente será responsabilizado pelo seu dolo. Se o resultado mais grave fosse previsível para o concorrente, a pena prevista para a infração penal para a qual queria concorrer será aumentada até a metade.

5. **ART. 31, CP: PARTICIPAÇÃO IMPUNÍVEL:** instigar, auxiliar, induzir ou qualquer forma de ajuste ou determinação somente é punível se houver tentativa, exceto se houver um crime autônomo. A não ser que seja um crime próprio.

6. **ART. 65, III, “e”, CP:** se o sujeito comete crime sob influência de tumulto que não provocou terá sua pena atenuada.

ART. 62, I, CP: terá sua pena agravada o sujeito que organiza promove e dirige a atividade

dos demais.

7. DELAÇÃO PREMIADA: quando coautor ou partícipe imputa a terceiro a prática de um determinado crime e contribui para a prisão desse terceiro. Nessa situação terá sua pena reduzida. Art. 41 da lei de drogas e na lei de combate ao crime organizado(9034/95).

INCOMUNICABILIDADE OU COMUNICABILIDADE DE ELEMENTARES E CIRCUNSTÂNCIAS ENTRE COAUTOR/PARTÍCIPE: são dados que agregados ao tipo incriminador servem para aumentar ou diminuir a pena bem como caracterizar um ou outro tipo penal.

* ELEMENTARES: é um dado essencial à figura típica, sua ausência desclassifica ou descaracteriza o crime.

* CIRCUNSTÂNCIAS: é um dado acessório que serve para aumentar ou diminuir a pena. Podem ser subjetivas(relacionada a pessoa do coautor ou partícipe. Ex. Ser menor de 21 anos.) ou objetivas(dado relacionada ao fato criminoso em si. Ex: uso de arma de fogo no roubo, furto noturno).

Classificação de Damásio: Circunstâncias Judiciais(59, CP)

Legais(estão dispersas no CP e leis penais extravagantes).

*L. Geral: estão na parte geral do CP. Ex: art. 61(agravantes), 65(atenuantes), 66(atenuantes genérica). Não existe agravante genérica.

*L. Especial: na parte especial do CP. Ex: qualificadoras e causas de aumento e diminuição de pena da parte especial(alteração do preceito secundário).

1. CIRCUNSTÂNCIA SUBJETIVA(inerente a pessoa) jamais se comunica entre coautor e partícipe. Dizem respeito à pessoa do agente, como os motivos determinantes, suas condições ou qualidades pessoais e relações com a vítima ou com outros concorrentes. Não se comunicam aos co-participantes, a não ser que se transformem em elemento do tipo penal. Ex: reincidência.

2. CIRCUNSTÂNCIA OBJETIVA somente se comunica se ingressar na esfera de cognição entre coautor e partícipe. Ou seja, materiais ou reais, se relacionam com o fato delituoso em sua materialidade(modos de execução, uso de determinados instrumentos, tempo, ocasião, lugar, qualidades da vítima, etc.). Ex: furto noturno, o cara só manda roubar mas ele não sabia que o cara ia roubar à noite.

3. AS ELEMENTARES somente comunicam se ingressar na esfera de cognição entre coautor e partícipe. Ex: funcionário público, o cara não sabia que o outro era funcionário público.

4. AS QUALIFICADORAS, também chamadas de circunstâncias elementares, servem, no Direito Penal, para aumentar a qualidade do injusto penal, aumentando o próprio preceito secundário da norma penal incriminadora. Apesar de divergências doutrinárias prevalece nesse caso, segue-se as mesmas regras das circunstâncias subjetivas(jamais se comunicam) se forem os motivos do crime.

RESOLVER!

CASO: Infanticídio: 123, CP

1. Mãe mata o próprio filho, com auxílio de "B"(terceiro que 'sabia' do estado Puerperal).

B → A elementar se comunica, pois ingressa na esfera de cognição entre coautor e partícipe. Partícipe de infanticídio.

Mãe → autor de crime de infanticídio.

2. Mãe e terceiro em coautoria executam a conduta principal, matando a criança.

Mãe → coautor de Infanticídio, ambos praticam a conduta principal.

Terceiro →coautor de Infanticídio, respondem pelo mesmo crime: teoria monista.

3. Terceiro mata (sem saber do estado puerperal da mãe) tendo a mãe instigado.

Terc. → homicídio, pois a elementar não se comunica já que não ingressou na sua esfera de cognição.

Mãe → partícipe de Infanticídio(teoria pluralista).

CASO: Ambicídio: 122, CP

“A” e “B” combinam de se matar num quarto com gás.

“A” fica responsável por abrir a torneira do gás.

Se:

a) “A” morre e “B” sobrevive: B responde → autor de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio. 122, induzir e instigar é principal, está na elementar.

b) “A” vive e “B” morre: A responde → autor de homicídio. Executou atividade principal que resultou na morte de uma pessoa.

c) “A” e “B” sobrevivem: A → ambos não respondem por nada, suicídio não foi consumado nem gerou lesão corporal grave.

B → ambos não respondem por nada

PENAL II

CONCURSO DE CRIMES(69-75, CP)

I – INTRODUÇÃO: quando um sujeito, mediante unidade ou pluralidade de comportamentos(ações/omissões), pratica dois ou mais delitos(resultados típicos). Ocorre aqui o concurso de penas. É pluralidade de fatos/conduitas.

Obs.: o concurso pode ser entre crimes de qualquer espécie, comissivo ou omissivo, doloso ou culposos, consumado ou tentado, simples ou qualificado e entre crime e contravenção.

Ex: O agente mata quem queria(homicídio doloso) e ainda acaba lesando um terceiro(lesão corporal culposa). *Aberratio ictus*(erro na execução). Conduta única com dois resultados distintos(concurso formal).

- SISTEMAS DE PENAS: são sistemas criados pela doutrina e jurisprudência para a aplicação de pena nas diversas modalidades de concursos de crimes. O concurso de crimes dá origem ao concurso de penas. Tem por finalidade evitar excessos punitivos em determinados casos.

Obs.: o Brasil adota um **sistema progressivo de execução de pena** que deve ter caráter ressocializador.

a) Cúmulo material: recomenda a soma das penas de cada um dos delitos componentes do concurso.

b) Cúmulo jurídico: Faz-se uma **média ponderada** entre as várias penas previstas para os diversos crimes, evitando um excesso punitivo através de um teto na lei.(Espanha)

Ex: agente sujeito a penas(5+4+4+3+2)=18. A lei diz: a pena não ultrapassara o triplo da mais grave, desconsiderando o que ultrapassar. R=15

- Obs.: No Brasil quando há CONFLITO APARENTE DE NORMAS utilizando o critério da consunção ou absorção: o crime fim absorve o crime meio(um é mera fase de realização de outro), evitando a soma das penas. Ex: violação de domicílio e furto; homicídio e porte ilegal de armas ; estelionato e falso STJ 17;

c) Absorção: considera que a pena do delito mais grave absorve a pena do delito menos grave, que deve ser desprezada(Portugal)

d) Exasperação: recomenda aplicação da pena mais grave, aumentada de determinada quantidade em decorrência dos demais crimes. Sistema benéfico ao acusado.

* QUAL ADOPTADO? O Código Penal Brasileiro adota somente (02) dois desses sistemas: o do Cúmulo Material(Concurso Material; concurso formal impróprio ou imperfeito; multa; e quando o tipo penal prevê a aplicação de uma pena, mais outra advinda da violência, ex: 161, §2º e 344 CP) e o da Exasperação(concurso formal próprio ou perfeito: art. 70 e crime continuado, art, 71, CP)

ESPÉCIES

A) Concurso Material(Real, 69, §§ 1º, 2º, CP): mais de uma ação ou omissão e prática de dois ou mais crimes. Consequência jurídica: aplicação cumulativa das penas privativas de liberdade.

→ Pluralidade: Condutas

Crimes(resultados típicos): independente de ser no mesmo dia, dias distintos ou em locais distintos.

Obs.: caso as infrações tenham sido cometidas em épocas diferentes, investigas por meio de processos também diferentes, que culminaram em várias condenações, não se fa, em concurso material, mais sim em soma ou unificação das penas aplicadas(art. 66, III,a,LEP)

HOMOGÊNEO → resultados típicos iguais(crimes iguais). ex. Dois homicídios

HETEROGÊNEO → resultados típicos diferentes(crimes diferentes) Ex: um roubo e um furto.

• REGRAS PARA FIXAR PENA:

1. Individualizo cada pena sob pena de nulidade da decisão.

2. Cúmulo material(69, CP): somar

Obs.: Prescrição(109, CP): cada crime possui prazo prescricional próprio.

Obs2: o concurso material poderá ser objeto de vários processos distintos que irá gerar várias sentenças. Havendo conexão(76, 79, CPP) caberá ao mesmo juiz fazer a soma. Não havendo conexão, que vai fazer a soma é o juiz da execução penal(unificação das penas – 66, III, a, LEP).

Obs3: posso cumular reclusão e detenção? Sim. Porém, não se pode somar 3 anos de reclusão e 1 ano e 2 meses de detenção no regime semiaberto. Todavia, pode-se somar 3 anos de reclusão mais 1 ano e 2 meses de detenção para efeito de um livramento condicional(para beneficiar o réu – principio favor rei - gênero da espécie in dubio pro reu).

Posso cumular privativa de liberdade com pena restritiva de direito? Sim, desde que compatíveis.

Ex: detenção em regime aberto mais a pena de prestação pecuniária.

Posso cumular duas restritiva de direito? Sim, desde que compatíveis.

Obs4: CONCURSO MATERIAL MODERADO(75, CP) → limita nos 30 anos o efetivo cumprimento da pena.

CONCURSO FORMAL(Ideal, 70, CP)

→ o agente, mediante conduta única, realiza uma pluralidade de resultados típicos. Devemos observar o contexto em que o crime foi realizado, pois uma conduta pode se desdobrar em vários atos.

PRÓPRIOS(perfeito) → internamente o agente deseja um só resultado, no entanto ocorre uma pluralidade delitiva. Ex: sujeito quer matar uma pessoa com bomba e mata sem querer outras.

IMPRÓPRIO(imperfeito) → quando o agente internamente deseja mais de um resultado típico mesmo com uma conduta única. ex. Sujeito que estupra e transmite doença grave, aceita os dois resultados típicos(com desígnios autônomos)

Obs.: o que caracteriza Conc. Formal é a conduta única, no entanto o sistema de aplicação de pena deve-se verificar a intenção do agente.

• Roubo com pluralidade de vítimas e o STF: apesar de tecnicamente(roubo a ônibus) ser Concurso Formal Impróprio(existe desígnios autônomos com relação a cada patrimônio) o STF entende deve-se utilizar exasperação, para evitar um excesso punitivo desproporcional.

• Regras Conc. Formal Próprio: aplica uma só das penas se forem idênticas, ou a maior se diferentes, aumentada de $1/6$ e $1/2$. O parâmetro de aumento da fração é quanto maior o número de crimes, maior é o aumento.

• Regra Especial:

* Concurso material benéfico(70, par. Único, CP): quando a exasperação que deveria beneficiar num caso concreto venha a prejudicar, nessa situação não aplica-se exasperação e sim a cumulação das penas.

Ex: homicídio doloso(mínima 6anos) + lesão corporal culposa(mínima 2 meses)

$6 + 1/6 = 7$ anos(exasperação)

$6 + 2$ meses = 6 anos e 2 meses.(cúmulo material)

* Concurso formal impróprio → regra: aplica-se o cúmulo material, as penas serão somadas, pois o agente teve uma pluralidade de intenções(desígnios autônomos).

CRIME CONTINUADO(71, CP)

Conceito legal: quando um agente mediante uma pluralidade de condutas comete crimes dispostos no mesmo tipo penal(157, 157 ou 155, 155) mediante um nexo da causalidade delitiva(elementos que o legislador elegeu: mesmas circunstâncias de tempo, lugar, modos de execução e outras semelhantes demonstrada nos autos a critério do juiz).

NATUREZA JURÍDICA: teoria da ficção jurídica → de fato, acontece uma pluralidade de resultados típicos independentes entre si, no entanto para **efeito de aplicação de pena** considera-se tudo como unidade criminosa.

CP → para efeito de aplicação de pena aumenta-se de 1/6 a 2/3.

Obs.: teorias do crime continuado: para considerar a ocorrência do crime continuado deve-se levar em conta o elemento subjetivo, o elemento objetivo ou ambos? Considera-se a teoria objetiva conforme várias decisões do STF.

CONCEITOS:

- CRIME CONTINUADO: há uma sucessão circunstancial de crimes nos estritos termos do art. 71 do CP.
- HABITUALIDADE CRIMINOSA: o agente vive de cometer crimes(profissão do agente). Semelhante a concurso material de crimes.
- CRIME HABITUAL: quando a habitualidade é um elemento do tipo. ex. Manter casa de prostituição, exercício ilegal da medicina(exige habitualidade-descrita no tipo)
- CRIME HABITUAL CONTINUADO → é quando se tem um crime habitual circunstanciado pelo nexo da causalidade do art. 71, CP(condições de tempo, de lugar, modo de execução). Ex.: exerce a profissão ilegal em vários municípios por determinado tempo da mesma maneira e outras condições semelhantes.
- REITERAÇÃO CRIMINOSA → quando não presente um dos requisitos do crime continuado(cond. Luga, tempo, etc)
- REINCIDÊNCIA(63, CP) → quando há sentença condenatória transitada em julgado contra um sujeito por um período de 5 anos. Diferente de maus antecedentes.
- CRIME PERMANENTE: quando a consumação se prorroga no tempo por vontade do sujeito ativo. Se houver uma mudança no aumento de pena o sujeito ficará sujeito a isso.

• REQUISITOS DO CRIME CONTINUADO:

1. PLURALIDADE DE CONDUTAS:

2. PLURALIDADE DE CRIMES DA MESMA ESPÉCIE(mesmo tipo penal): Ex. Homicídio simples(121) e qualificado(121, § 2º) (mesma espécie); furto simples(155) e furto noturno(155); não são crimes da mesma espécie: roubo e extorsão. Exceção: quando houver crime complexo no tipo penal(roubo- 157 e latrocínio – 157,§3º). Mesma natureza só quando estão no mesmo título.

3. NEXO DA CAUSALIDADE DELITIVA

- a) Condições de tempo: 30 dias(não há uma rigidez, pois não foi legislado)
- b) Condições de lugar: comarcas limítrofes, zonas diferentes(próximas). Proximidade física.
- c) modo de execução: *modus operandi*
- d) outras condições semelhantes: circunstâncias que o juiz verifica no caso concreto.

• CRIME CONTINUADO ESPECÍFICO(Qualificado)

- 71, p. Único, CP → 1/6 até 3x(triplo)

- Crime doloso com violência ou grave ameaça a pessoa com vítimas diferentes. Ex. Chacinas.

Obs.: Crime Continuado em Crime Culposo → velhinho que dirige e mata uma pessoa culposamente num lugar e depois mata outro em outro bairro culposamente.

- CONCURSO MATERIAL BENÉFICO: também é utilizado quando está caracterizado crime continuado, tendo em vista que a aplicação do sistema da exasperação.

Ex: 2 homicídio qualificado continuado

$$12 \times 3 = 36$$

$$12 + 12 = 24$$

- Art. 72. CONCURSO DE CRIMES E MULTA PENAL: segundo o código penal, multa é igual a cúmulo material. No entanto, doutrina e jurisprudência vem entendendo que se tivermos que aplicar exasperação na pena privativa de liberdade(mais grave), também deve-se exasperar a pena de multa(menos grave) para que não haja contradição.
- Art. 75.
  - Súmula 715, STF → a pena máxima de 30 anos não é válida para fins de condicional ou progressão de regime. - > calculadoras de penas, internet.